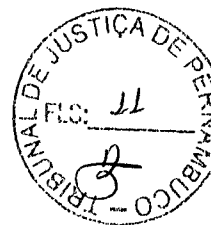




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

0822



**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0145451-1/01**

**EMBARGANTE:** UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

**EMBARGADA:** ANA LUIZA FLÓRIO TEIXEIRA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 248/2009**

5468

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DANO MORAL DECORRENTE DO PRÓPRIO FATO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO. PREQUESTIONAMENTO. 1 – Inexiste obscuridade ou omissão no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta em julgamento, apresentando os fundamentos suficientes para o provimento da apelação. 2. – O recurso de embargos declaratórios somente é admitido quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. 3 – A teor da decisão embargada, explícita e bem delineada, não há defeito a ser corrigido, inexistindo causa para a interposição dos aclaratórios. O descontentamento da embargante com o decidido no acórdão dos embargos à execução não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa dos embargos de declaração. 4 – Embargos rejeitados.

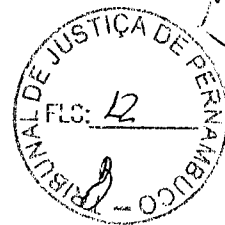
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.*

Recife, 16 de dezembro de 2009.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves



084

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
**N.º 0145451-1/01**

**EMBARGANTE:** UNIMED RECIFE – COOPFRATIVA DE TRABALHO MÉDICO

**EMBARGADA:** ANA LUIZA FLÓRIO TEIXEIRA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

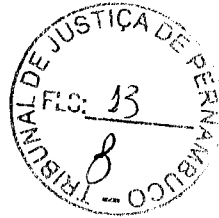
Cuidam os presentes autos de embargos de declaração opostos à iniciativa de *UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO* em face do acórdão desta Terceira Câmara Cível que, por unanimidade de votos, deu provimento à Apelação Cível nº. 145451-1, interposta contra a sentença proferida na ação ordinária de cumprimento de cláusula contratual cumulada com perdas e danos e pedido de tutela antecipada ajuizada por *ANA LUIZA FLÓRIO TEIXEIRA* em desfavor da embargante, restando a ementa do julgamento do apelo assim grafada, *in verbis*:

“EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS. SENTENÇA QUE NEGOU O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. PROTESTO DE TÍTULO E NEGATIVAÇÃO INDEVIDOS. CONFIGURAÇÃO DO DANO. ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. MODIFICAÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA. APELAÇÃO PROVIDA. 1. Não há que falar em prova do dano moral, mas na prova do fato que gerou o abalo da credibilidade da autora. Devidamente comprovado o episódio ilícito, impõe-se a condenação do responsável, sob pena de violação às disposições contidas no artigo 334 do Código de Processo Civil. 2. Os honorários advocatícios devem ser fixados sobre o valor da condenação, em obediência aos critérios previstos no art. 20 do CPC. 3. Apelação provida para modificar parcialmente a sentença.”



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

085



A embargante alega que ao dar provimento parcial ao apelo, condenando a UNIMED RECIFE ao pagamento de indenização por dano moral, esta Corte fundamenta a condenação no fato de ter sido protestado um título em face da ora embargada referente a despesas com procedimento cirúrgico a que ficou responsável através da assinatura de um termo de responsabilidade. Aduz que, tanto na contestação quanto nas contrarrazões recursais, a embargante esclareceu que o protesto fora realizado por terceiro, no caso, o Hospital Português, enquadrando-se tal situação no disposto do artigo 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor, que isenta de responsabilidade o fornecedor de serviços quando restar provada a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

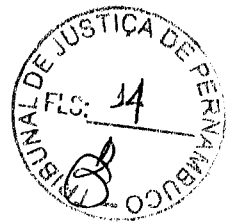
Alega a embargante que a decisão recorrida não se manifestou sobre tal ponto, sendo necessário, assim, inclusive para efeito de prequestionamento, a manifestação deste órgão sobre o fato de a anotação ter sido efetivada por terceiros, eximindo a recorrente de qualquer responsabilidade sobre tal anotação, nos termos do CDC, art. 14, § 3º, II, pleiteando que, se possível, seja atribuído efeito modificativo ao presente recurso no sentido de negar-se provimento ao apelo.

Eis os episódios a relatar. Em mesa para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

086



VOTO

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DANO MORAL DECORRENTE DO PRÓPRIO FATO. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO. PREQUESTIONAMENTO. 1 – Inexiste obscuridade ou omissão no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta em julgamento, apresentando os fundamentos suficientes para o provimento da apelação. 2. – O recurso de embargos declaratórios somente é admitido quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. 3 – A teor da decisão embargada, explícita e bem delineada, não há defeito a ser corrigido, inexistindo causa para a interposição dos aclaratórios. O descontentamento da embargante com o decidido no acórdão dos embargos à execução não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa dos embargos de declaração. 4 – Embargos rejeitados.

Esta Terceira Câmara deu provimento ao recurso da apelante/embargada, que almeja ser reparada por dano moral causado pela negativa injustificada da UNIMED RECIFE, ora embargante, de proceder à cobertura das despesas hospitalares de seu genitor, recusa essa que ocasionou constrangimentos à apelante, inclusive protesto de título por terceiro e inclusão de seu nome nos cadastros restritivos de crédito, consoante exsurge da leitura da petição inicial e da réplica à contestação, notadamente fls. 8 e 152.

Ao decidir, o juiz concluiu pela improcedência do pedido alusivo à reparação por dano moral, por falta de comprovação e especificação, não obstante vislumbrar na recusa de cobertura a origem da questão.

Induvidoso, portanto, que o malsinado protesto foi agitado como um 'plus' a corroborar a existência do dano moral resultante do procedimento ilegítimo da empresa seguradora, eis que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura do seguro saúde, conforme decidido no AgRg no Ag nº. 520.390/RJ, 3ª. Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 05.4.04, p. 256, assim ementado:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

084



*"Agravamento regimental. Recurso especial não admitido. Seguro saúde. Recusa em custear o tratamento de segurado regularmente contratado. Suspeita de câncer. Dano moral.*

*1. A recusa em arcar com os encargos do tratamento da agravada, com suspeita de câncer, já definida nas instâncias ordinárias como indenizável por danos morais, constitui fato relevante, principalmente por ocorrer no momento em que a segurada necessitava do devido respaldo econômico e de tranquilidade para realização de cirurgia e posterior recuperação. A conduta do agravante obrigou a recorrida a procurar outra seguradora, o que atrasou seu tratamento em aproximadamente 06 (seis) meses. Somente o fato de recusar indevidamente a cobertura pleiteada, em momento tão difícil para a segurada, já justifica o valor arbitrado, presentes a aflição e o sofrimento psicológico.*

*2. Agravamento regimental desprovido." (o destaque não é do original)*

No mesmo sentido: REsp nº. 986.947/RN, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 26.3.08; REsp nº. 341.528/MA, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 09.5.05; REsp nº. 657.717/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 12.12.05; REsp nº. 880.035/PR, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 18.12.06; AgRg no Ag nº. 846.077/RJ, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 18.6.07.

Desse modo, estando comprovada a ilicitude da UNIMED RECIFE, ao se negar a cobrir as despesas hospitalares, tem-se que o dano moral decorre do próprio fato, constituindo o fundamento suficiente para o acolhimento do apelo, restando desnecessária a manifestação, na decisão embargada, acerca da autoria do protesto do título, alçado a ponto omissis nestes aclaratórios.

Na forma das disposições contidas no artigo 535 do Código de Processo Civil, são admissíveis embargos de declaração quando houver, no ato judicial, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

Cuida-se, portanto, de **recurso de fundamentação vinculada**, de modo que o correspondente exame meritório está associado à existência de qualquer um dos vícios indicados no dispositivo legal mencionado.

Assim, tem-se imprópria a oposição dos declaratórios, quando, de forma clara, analisa o Tribunal a questão posta sob exame, apresentando, em grau



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves



de suficiência, os fundamentos para o respectivo acolhimento (ou não) do pleito formulado pela parte. O Supremo Tribunal Federal já assentou que a *Constituição não exige que a decisão seja extensamente fundamentada. O que se exige é que o juiz ou tribunal dê as razões de seu convencimento* (AI-AgRg 162.089/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso)

Idêntico posicionamento revelou o Superior Tribunal de Justiça, ao decidir que *"É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio"*. (AgRg 169.073/SP, 1.ª Turma, Rel. Min. José Delgado)

Verifico, nestes autos, que os argumentos da embargante não demonstram a subsistência, no acórdão, de qualquer uma das causas permitidas em lei ao esclarecimento ou à integração do ato indigitado.

A decisão embargada é explícita e bem delineada, não revelando ponto obscuro, contraditório ou omissivo a requisitar esclarecimento ou correção. Inexiste, portanto, causa para a interposição dos aclaratórios.

Observe, na realidade, o descontentamento da embargante com a decisão hostilizada, propósito não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa deste tipo de recurso, eis que, segundo o entendimento do STJ, *"Inexistindo na decisão embargada omissão a ser suprida, nem dúvida, obscuridade ou contradição a serem aclaradas, rejeitam-se os embargos de declaração."* (EDREsp nº 9.426/SP).

Em face de todo o exposto, diviso inexistir qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 535 e seus incisos, do Código de Processo Civil. Não obstante, objetivando os presentes embargos o prequestionamento da matéria, meu voto é no sentido de conhecer do recurso, rejeitando-o, todavia, no mérito.

Assim é como voto.